

A ORDENAÇÃO DOS ADVERBIAIS DE TEMPO E O ENSINO DE GRAMÁTICA SOB A ÓTICA FUNCIONALISTA

Giselda Maria Dutra BANDOLI

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
e-mail: giseldadutrabandoli@uol.com.br

Eliana Crispim França LUQUETTI

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
e-mail: elinafff@gmail.com

Resumo: Nossa proposta é proceder a um estudo sobre a ordenação dos adverbiais de tempo em um *corpus* constituído de textos orais e escritos de falantes da região norte-noroeste fluminense, a fim de refletirmos sobre os usos dessa categoria gramatical. Além disso, pretendemos apresentar uma proposta didático-metodológica alinhada a um ensino mais produtivo e reflexivo ao fazermos as abordagens desse tópico gramatical, através de uma perspectiva, além de gramatical, discursivo-pragmática. Nesse percurso, confrontaremos perspectivas gramaticais de cunho tradicional e linguístico, em busca de aproximações e desencontros, como também uma reflexão sobre a categorização desse elemento.

Palavras-chave: ensino de gramática; linguística funcional; ordenação de advérbios

1. Introdução

Muitas são as vozes que fazem coro para buscar um estudo de Língua Portuguesa – mais especificamente o ensino de gramática – menos enfadonho e improdutivo. Assim, o presente trabalho objetiva abordar aspectos referentes à ordenação dos adverbiais, a partir da ótica funcionalista, como sendo uma resposta a uma proposta de redimensionar o ensino de Língua Portuguesa, mais especificamente o ensino de gramática. Busca-se, dessa forma, uma interface com a Educação, dado que o ensino de Língua Portuguesa padece apresentando dificuldades de aprendizagem dos alunos, fazendo com que eles não tenham apreço pela disciplina.

A ideia que nos norteia vem da Linguística Funcional, segundo a qual há uma forte vinculação entre discurso e gramática, de modo que algumas estratégias de organização da informação operadas pelo falante no momento da interação discursiva se regularizam, sendo a gramática uma consequência desse processo. Nesse sentido, não organizamos aleatoriamente

nosso discurso e, dessa maneira, a ordenação de elementos gramaticais na sentença é motivada por fatores de ordens gramatical e discursivo-pragmática. Assim, em nossa pesquisa, o nosso propósito é explicitar os fatores que concorrem para que se configure a ordenação dos advérbios de tempo presentes em textos orais e escritos produzidos por falantes da região norte-noroeste fluminense.

2. O ensino de Língua Portuguesa: considerações

No âmbito da Educação, há uma tradição arraigada de circunscrever o ensino de Língua Portuguesa a estudos eminentemente normativo-prescritivistas, nos quais conceitos, *regras* e categorias gramaticais são apresentados aos alunos de forma descontextualizada e estanque, através de frases isoladas. Para esse fim, os professores valem-se sempre das aulas de gramática e o ensino que não estiver direcionado por essa ótica normativa não é considerado. O processo de ensino-aprendizagem assim conduzido não contribui para o objetivo maior dos estudos de língua/linguagem: habilitar o aluno à produção/interpretação de textos orais e escritos, concretizados em gêneros discursivos e ajustados às inúmeras situações de comunicação, em níveis variados de formalidade.

O ensino de gramática na escola, dessa forma, não atende às especificidades da língua, já que as práticas pedagógicas ainda estão pautadas em velhos paradigmas de ensino. De fato, o critério prescritivista de correção linguística não deve ser o foco de trabalho do educador, mas um trabalho realizado a partir de uma perspectiva que toma por base o uso vivo da língua e suas variações.

Assim, há que se buscar uma metodologia alternativa ao ensino tradicional de gramática, buscando uma aproximação da linguística com a prática cotidiana na sala de aula. Nessa perspectiva, o ensino de Língua Portuguesa contemplaria o estudo de tópicos gramaticais não mais desvinculados do uso, mas inseridos em um efetivo contexto de comunicação, oferecendo aos docentes uma orientação didático-metodológica para que tópicos gramaticais sejam estudados a partir de uma abordagem funcional da língua.

Um caminho a ser percorrido para que tal realidade se concretize vem dos postulados da Linguística, mais especificamente da Linguística Funcional, que orienta o ensino de língua materna pautado no funcionamento da língua em efetiva comunicação, com uma estrutura maleável. Dessa forma, toda a sua complexidade pode ser entendida a partir de uma reflexão coerente e não segundo um conjunto de regras isoladas.

3. Ensino, gramática e ordenação dos advérbios: um encontro possível e produtivo

A educação brasileira clama por propostas de mudanças qualitativas no processo de ensino-aprendizagem, já que, por fatores de natureza diversa, de maneira geral, o nível de desempenho dos alunos do Ensino Fundamental e Médio se mostra comprometido, conforme mostram os resultados dos exames oficiais do Ministério da Educação, como o Enem e o Prova Brasil. Eficiência e qualidade então são palavras de ordem nesse cenário da educação brasileira.

Há, dessa maneira, a urgência em se proceder a uma reflexão, discussão e sugestão de ações viabilizadoras de práticas pedagógicas que possam apresentar alternativas para um ensino cuja metodologia busque elevar o desempenho de nossos alunos. Para esse fim e em se tratando da Língua Portuguesa, acreditamos que um ensino atrelado a estudos/pesquisas linguísticas é o caminho que nos leva à qualidade da educação e, conseqüentemente, à reversão dos baixos índices de aprendizagem dos alunos. Esse pensamento encontra respaldo nos PCNs (2000, p. 5), quando estes documentos abordam a relação entre ensino e estudos referentes à linguagem: “Como objetivar tais competências¹ sem um trabalho sistemático e organizado com a linguagem?”

Perseguindo esse pensamento, muitas são as orientações teóricas para que se busquem conhecimentos mais amplos sobre a estrutura e o funcionamento da língua a fim de tornar o ensino mais reflexivo e menos improdutivo. Neves, por exemplo (2009, p. 18), também faz essa proposta: “Venho defendendo que se finque *a pesquisa linguística* na valorização do uso linguístico e do usuário da língua propiciando-se *a implementação de um trabalho com a língua portuguesa* [grifos nossos] – especialmente com a gramática”.

Sabe-se que os estudos realizados no campo da Linguística remontam à Antiguidade Clássica: desde então, muitos são os teóricos postulando, em diferentes perspectivas, suas referidas teorias. Dentre as inúmeras vertentes linguísticas já postuladas, buscamos subsídios e orientações nos preceitos teórico-metodológicos norteadores da Linguística Funcional, dado que essa corrente – nascida no século XX – pauta suas investigações em dados reais da situação comunicativa – oral e escrita –, estudando a língua em relação ao contexto linguístico e à situação extralinguística. A língua, em uma orientação funcionalista, jamais pode ser

¹ As competências a que se referem os PCNs são: “disposições e atitudes como pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados, cooperar, de forma que o aluno possa participar do mundo social, incluindo-se aí a cidadania, o trabalho e a continuidade dos estudos”. (PCNs, 2000, p. 5)

explicitada ou descrita como sendo um sistema autônomo. Furtado da Cunha e Tavares (2007, p. 14) já orientam o ensino de Língua Portuguesa nessa perspectiva:

A concepção por nós defendida é a de língua enquanto atividade social enraizada no uso comunicativo diário e por ele configurada. A língua é determinada pelas situações de comunicação real em que falantes reais interagem e, portanto, seu estudo não pode se resumir à análise de sua forma, já que essa forma está relacionada a um significado e a serviço do propósito pelo qual é utilizada, o que depende de cada contexto específico de interação.

Dessa maneira, é intencional privilegiarmos a busca de uma abordagem linguística que desconsidera o ponto de vista estritamente formal da língua – como pretendiam os estruturalistas – e desloca suas reflexões para o campo do contexto sociointerativo, no qual as questões gramaticais não são tratadas de modo artificial e desvinculadas das reais situações de uso. Marcuschi (2009, p. 23) também se alinha a essa proposta e também adverte:

Não existe um uso significativo da língua fora das inter-relações pessoais e sociais situadas. [...] Isto quer dizer que todo uso autêntico da língua é feito em textos produzidos por sujeitos históricos e sociais de carne e osso, que mantêm algum tipo de relação entre si e visam a algum objetivo comum.

Assim, segundo a Linguística Funcional, não há como deixar de articular os aspectos formais (morfofossintáticos) com os aspectos semânticos e discursivo-pragmáticos de uma língua; havendo, portanto, uma estreita relação entre discurso e gramática porque, como assinala Neves (2001, p. 17), “o discurso conforma a gramática, mas principalmente porque ele não é encontrável despido da gramática”. A partir desse ponto de vista, nasce a concepção de “gramática emergente” ou “sistema adaptativo”, já que a língua é entendida como uma estrutura maleável, um sistema aberto condicionado pelo uso e suscetível a mudanças constantes. Furtado da Cunha e Tavares (2011, p. 19) resumem: “a morfofossintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva”.

Votre (1996, p. 15) também explicita a noção de gramática emergente quando assegura que

os usuários vêm sendo concebidos como criadores, continuadores, atores, transformadores das estruturas, dos itens e dos processos que se verificam nas línguas, e, enfim, como responsáveis pelo estado e forma da língua, em cada momento que se lhe aborde a estrutura e o funcionamento.

Dessa maneira, em uma perspectiva funcionalista, o ensino de Língua Portuguesa deve efetivamente contemplar a modalidade oral da língua, não priorizando apenas o ensino da norma escrita culta. Se o ensino assim fosse direcionado, o preconceito linguístico se instauraria nas práticas pedagógicas e o ensino caminharía em direção contrária às orientações dos PCNs. Esse documento (1998, p. 96 e 82) indica a produção de “textos orais nos gêneros previstos para o ciclo, considerando as especificidades das condições de produção” e afirma que “o estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência lingüística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa”.

A inclinação para o estudo da modalidade oral encontra, portanto, aproximações consideráveis entre o funcionalismo linguístico e as propostas contidas nos PCNs. Dessa forma, buscando um estudo mais diversificado da realidade linguística brasileira, busca-se também um ensino de Língua Portuguesa mais eficiente. Essa é uma das tarefas da qual a escola não pode se esquivar.

Opondo-se também à perspectiva estruturalista, já que considera as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais de produção linguística, a Sociolinguística tem como objeto de estudo a língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social. Para essa corrente, a língua é uma instituição social e, por isso, não deve ser estudada como uma estrutura autônoma, independente do contexto situacional, da cultura e da história das pessoas que a utilizam como meio de comunicação. Seu ponto de partida é a comunidade linguística, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos.

Abordando, portanto, a linguagem, em seu contexto social, ou seja, estudando a língua em uso no seio das comunidades de fala, relacionando aspectos linguísticos e sociais, os pressupostos sociolinguísticos também estão em consonância com um ensino de Língua Portuguesa mais significativo e mais produtivo. Bagno (2007, p. 82), aliás, sugere uma reeducação sociolinguística – para alunos e professores – como forma de alcançar um ensino com tais peculiaridades:

À professora e ao professor de língua portuguesa cabe o trabalho da **reeducação sociolinguística** [grifo do autor] de seus alunos e de suas alunas. O que significa isso? Significa valer-se do espaço e do tempo escolares para formar cidadãos e cidadãs conscientes da complexidade da dinâmica social, conscientes das múltiplas escalas de valores que empregamos a todo momento em nossas relações com as outras pessoas por meio da linguagem.

Muitos pontos convergentes há entre a proposta funcionalista, a sociolinguística e a contida nos PCNs. Estes propõem que

No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas: saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo; saber que modo de expressão é pertinente em função de sua intenção enunciativa, dado o contexto e os interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem. (PCN, 1998, p. 31)

No que concerne ao ensino de gramática, muitas são as vozes que se levantam para propor a sua exclusão dos estudos de Língua Portuguesa. Na verdade, os argumentos empregados na defesa desse ponto de vista são consequência de uma prática de ensino preocupada com nomenclaturas e uma sistematização gramatical distante do real. Além disso, uma veneração às normas prescritivistas que, inúmeras vezes, conduz o trabalho docente instaura-se como mais uma justificativa para se exigir tal exclusão. Mas, a concepção de gramática definitivamente não pode ser reduzida a um conjunto de regras que o falante deve dominar para falar e escrever corretamente. Esse é um conceito restrito do termo e se refere ao que comumente se chama *gramática normativa*.

Com uma prática assim consolidada nas salas de aula, realmente seria completamente desnecessário ensinar gramática na escola, visto que, como assegura Neves (2009, p. 18) “nenhuma ‘competência’ e nenhuma ‘ciência’ advirão da atividade de reter termos, e, mesmo, de decorar definições”. O problema que se coloca então não deve se restringir à exclusão ou não da gramática do contexto escolar, mas – tanto para condená-la como para defendê-la – se proceder ao entendimento da noção (ou noções) de gramática.

Há, segundo Neves (2009), múltiplas noções do termo gramática: o modelo normativo, o descritivo ou expositivo, o estruturalista, o gerativista, entre outros. A concepção básica, segundo a autora, “é a de um sistema de princípios que organiza os enunciados, pelo qual, naturalmente, os falantes nativos de uma dada língua se comunicam nas diversas situações de uso” (NEVES, 2009, p. 80). Nesse sentido, um falante de qualquer comunidade linguística, a partir do conhecimento de sua língua, aciona a gramática para organizar sua linguagem, em situações de sociointeração. A gramática, nessa linha, extrapola um sistema de regras rígidas

pautado em classificações de termos gramaticais e nomenclaturas e se configura como um sistema através do qual uma língua se organiza.

Considerando esse aspecto, para se ensinar eficientemente uma língua, o ensino de Língua Portuguesa não deve prescindir do estudo de gramática; o problema está em de que maneira ensiná-la. Por isso há que se buscar uma orientação linguística que favoreça uma investigação da língua em uso, explicitando o seu funcionamento. Neves (2009, p. 80) corrobora esse ponto de vista afirmando que

A gramática não é uma disciplina que se deva colocar externamente à língua em funcionamento, e que se resolva na proposta de uma simples taxonomia, instituída no plano lógico ou no plano estrutural, independente do uso. Ela não é um esquema adrede organizado independente dos atos de interação linguística, das funções que se cumprem no uso da linguagem, dos significados que se obtêm.

A Linguística Funcional oferece contribuições para o trabalho de tópicos gramaticais nessa perspectiva. A partir de seus princípios centrais – iconicidade, marcação e gramaticalização –, a estrutura gramatical é analisada em seu contexto discursivo para que se possa proceder à explicação das regularidades observadas no uso da língua em um momento de interação entre falantes. Assim, na ótica funcionalista, a situação de uso motiva a estrutura gramatical. De acordo com Furtado da Cunha e Tavares (2007, p. 16), “ não estruturamos aleatoriamente nosso discurso: a escolha e a ordenação dos elementos linguísticos é, em última análise, orientada pelas diversas funções que a língua é convidada a desempenhar”.

Especificamente, no que tange à ordenação de adverbiais, de modo geral, esse tópico não é contemplado pelas gramáticas normativas, entretanto Votre e Santos (*apud* Luquetti, 2008, p. 68) investigam fatores sintáticos, semânticos e discursivos que influenciam a ordenação de itens adverbiais na sentença. Esses autores postulam a hipótese de que

Os advérbios são constituintes móveis, embora com tendências bem definidas por determinadas posições sintáticas. (...) a posição ocupada por cada advérbio é função da atuação conjunta de diferentes fatores estruturais e não-estruturais, que cabe identificar e analisar. (LUQUETTI, 2008, p. 68)

Luquetti (2008) apresenta os fatores estruturais observados e entre eles estão o tipo semântico do advérbio, nível do vínculo semântico do advérbio, tipo sintático do verbo ou tipo de complemento, constituição morfológica do advérbio, peso do advérbio e tipo de sujeito.

Cezário, Machado e Soares explicitam também a relação entre a posição de locuções temporais e o papel discursivo desempenhado por elas. Na verdade, em se tratando de ordenação de itens gramaticais, os fatores discursivos devem sempre ser observados em uma abordagem funcionalista. Postulam que

As intenções comunicativas, o conhecimento de mundo partilhado entre falante e ouvinte e a visão subjetiva do falante a respeito do assunto ou fato apresentado não são deixados de lado na pesquisa dessa corrente. Assim fatores discursivos, cognitivos e interacionais, além dos estruturais, são relevantes para se explicar determinado uso linguístico. (CEZÁRIO, MACHADO, SOARES, 2012, p. 187)

As autoras, nesse trabalho, ainda assinalam que os adverbiais temporais assumem outras funções no discurso, a saber: focalização, contraste com referentes apresentados no discurso antecedente, introdutores de um novo assunto ou ainda como retomada anafórica. Assim, a articulação entre os fatores gramaticais e semântico-discursivos possibilita a descrição de qualquer categoria linguística não somente restrita ao seu aspecto formal, como procedem os normativistas da língua.

Outro estudo consistente sobre a ordenação de advérbios (circunstanciadores temporais) é empreendido por Martellota (1994), a partir de uma orientação linguística, em uma perspectiva funcional. O autor busca analisar a ordenação desses circunstanciadores na sentença em relação às variáveis “tipos de discurso” e “tipos de circunstanciadores”, tendo como objetivo demonstrar que a ordenação desses elementos está ligada à sua função no discurso do qual fazem parte.

PALAVRAS FINAIS

As práticas cotidianas em sala de aula precisam favorecer a reflexão sobre a língua em situações de uso, sobre o exercício da linguagem, pois ela (a linguagem)

Permeia o conhecimento e as formas de conhecer, o pensamento e as formas de pensar, a comunicação e os modos de comunicar, a ação e os modos de agir. Ela é a roda inventada, que movimenta o homem e é movimentada pelo homem. Produto e produção cultural, nascida por força das práticas sociais, a linguagem humana e, tal como o homem, destaca-se pelo seu caráter criativo, contraditório, pluridimensional, múltiplo e singular, a um só tempo. (PCN –ENSINO MÉDIO, 2000, p. 5)

É nesse sentido, portanto, que se busca uma estreita aproximação entre a Linguística e o ensino de Língua Portuguesa, a fim de buscar um ensino de Língua Portuguesa mais produtivo e reflexivo. Portanto, optamos, nesse trabalho, por um enfoque interdisciplinar, englobando os pressupostos teóricos da Linguística Funcional, os da Sociolinguística e os da Educação para se analisar um fenômeno gramatical: a ordenação dos adverbiais de tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BAKTHIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. SP, Hucitec, 1987.

BAGNO, Marcos. *Língua materna – Letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da Língua Portuguesa com exercícios*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua Portuguesa. Brasília: 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Ensino Médio. Língua Portuguesa. Brasília: 2000.

CEZÁRIO, Maria Maura; MACHADO, Natália; SOARES, Bruna. *Ordenação de adverbiais temporais e aspectuais no português escrito: uma abordagem histórica*. Disponível em: <http://www.discursoegramatica.lettras.ufrj.br/seminario_deg/016%20-%20Maria%20Maura%20Cezario.pdf> Acesso em: 27 dez. 2011.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e interdisciplinaridade*. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/alea/v10n1/v10n1a03.pdf> Acesso em: 03 jan. 2012.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; TRAVARES, Maria Alice. *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: Edurfn, 2007.

ILARI, Rodolfo *et al.* Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, Ataliba de (org.). *Gramática do Português Falado I: a ordem*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

LUQUETTI, Eliana Crispim França. *Os advérbios de tempo de aspecto em –mente e sua ordenação: uma abordagem histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Doutorado, 2008.

LUQUETTI, Eliana Crispim França (Org.). *A língua falada e escrita na região norte-noroeste fluminense*. No prelo 2012.

MARTELOTTA, Mário Eduardo T. *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional*. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Doutorado, 1994.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Maura. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2006.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 15 ed. São Paulo, Ática, 1997.